



Revista Saúde em Redes (ISSN 2446-4813), v. 8, n. 2 (2022).

## ARTIGO ORIGINAL

DOI: 10.18310/2446-4813.2022v8n2p373-377

### Pesquisar envolvendo pessoas com deficiência e a perspectiva inclusiva: dossiê internacional

To research involving people with disabilities and the inclusive perspectives: an international dossier

#### Carla Biancha Angelucci

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Mestra em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, doutora em Psicologia Social. É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e coordena a linha Educação Especial – táticas de resistência à produção de um não lugar para as diferenças na escola.

E-mail: b.angelucci@usp.br.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9036-7396>

#### Ricardo Burg Ceccim

Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Educação, doutor em Psicologia Clínica, com pós-doutorado na Universitat Rovira i Virgili – Espanha e estágio pós-doutoral sênior na Università degli Studi di Parma – Itália. É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e líder do Grupo de Pesquisa do CNPq de Educação e Ensino da Saúde.

E-mail: burgceccim@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0379-7310>

#### Cláudia Rodrigues de Freitas

Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra e doutora em Educação, com pós-doutorado na Università degli Studi di Cagliari – Itália. É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e líder do Grupo de Pesquisa do CNPq de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar.

E-mail: freitascrd@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7105-8539>

O presente dossiê trata do pesquisar, envolvendo pessoas com deficiência e a perspectiva inclusiva, estando atravessado por pesquisadores da área de Educação Especial, Saúde e Processos Inclusivos. Foram reunidas abordagens em estudos documentais, empíricos e teórico-práticos que tomam a Educação ou a Saúde como dimensões da vida subjetiva, sempre na perspectiva das políticas e práticas de inclusão. A perspectiva inclusiva, neste dossiê, parte da compreensão e acolhimento das premissas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que, no Brasil, tem estatuto de Emenda Constitucional<sup>1</sup>.

No referencial aqui reunido, há situações nas quais os pesquisadores são pessoas com deficiência e outras em que o tema investigado conta com a participação efetiva de pessoas com deficiência, mas também há estudos com ênfase em permeabilizar-se pelas pessoas com deficiência ou atinentes ao levantamento das fontes de saber a fim de compreender como a área de Educação Especial, Saúde e Processos Inclusivos tem tratado a presença dessas pessoas ao longo do processo de

produção do conhecimento.

Compõem a proposta autores irlandeses, sul-africanos e brasileiros (Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e povo Kubeo, do noroeste amazônico, que tradicionalmente ocupa território na floresta Amazônica entre o Brasil e a Colômbia). A oportunidade foi colhida devido à urgência de retomar as discussões mais avançadas sobre os direitos das pessoas com deficiência na ordem dos direitos humanos e de pertencimento ativo à sociedade, interferindo em seus rumos e promovendo a efetiva presença da diversidade na organização dos papéis de Estado. A Educação e a Saúde tomam parte na promoção de processos inclusivos na medida em que configuram necessidades essenciais à qualidade de vida, ao exercício da participação social e à tomada de decisões que dizem respeito ao letramento de mundo e ao viver saudável, posição ético-política que não mais coloca a população com deficiência no lugar isolado da superação individual, mas inserida em processos inclusivos em que políticas, programas, projetos, ações e atividades constituam presença solidária, amizade para com o outro e intensa permeabilidade ao diferir de si por força dos encontros com o diverso, com a pluralidade e com a alteridade. Pelo menos um artigo traz o atravessamento pela pandemia de covid-19, acontecimento que marca o período recente e introduz questões éticas em Educação e Saúde para pessoas com deficiência.

A escassez de estudos com delineamento no “pesquisar-com” se soma à pauta que inaugura a luta por direitos das pessoas com deficiência, cunhada ainda no início dos anos 1980, como *nada sobre nós sem nós*<sup>2</sup>, o movimento social das pessoas com deficiência na luta por processos de participação social. A tematização contemporânea se apresenta a partir de uma dimensão bem precisa: aceitar ativamente e dar lugar à pluralidade humana, sem capacitismos de qualquer natureza.

Como pesquisadores na fronteira Educação-Saúde e como orientadores de programas de pós-graduação em Educação, recolhemos da Educação Inclusiva a direção para a apresentação dos artigos.

Ainda que as temáticas se desdobrem em diferentes perspectivas, a ética da inclusão é central às políticas públicas, às propostas de atendimento e aos projetos de formação profissional em diferentes áreas do conhecimento. Nas últimas décadas, o enfoque da Educação Inclusiva tem contemplado uma discussão de interesse ao conjunto das políticas públicas, não apenas da Educação Escolar, mas igualmente no tocante ao acesso à Atenção Integral à Saúde e à formulação de projetos pedagógicos que orientem os currículos na formação de profissionais de Educação e de Saúde. De fato, a Educação corresponde à organização de tempos e lugares que se prolongam nos tempos de vida e

trabalho, à busca de saberes e práticas a serem construídos na organização de coletivos sociais e/ou de aprendizagem e à configuração de espaços para trocas entre pares desiguais, colegas em vivências distintas e singulares ao aprender complexo.

No plano normativo, a Resolução n.º 04/2009, do Conselho Nacional de Educação, o Decreto n.º 6.949/2009 e a Lei Federal n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) determinam que a escolarização dos alunos com deficiência ocorra em classes comuns da educação escolar, com efeitos que se mostram na ampliação das matrículas nesses espaços e na exigência de qualificação dos docentes e das propostas oferecidas pela educação.

De acordo com o Censo Escolar de 2021<sup>3</sup>, o percentual de alunos de 4 a 17 anos com acesso à Educação Especial de perspectiva inclusiva chegou a 93,5%. Esse dado configura uma realidade educacional muito diversa daquela conhecida no início dos anos 2000. Tal condição suscita um novo perfil de debates e de produções voltadas, por exemplo, à análise de como vem sendo desencadeado o acesso ao Ensino Superior ou que alternativas pedagógicas vêm ocorrendo na direção da permanência na escola (além do acesso) de maneira a garantir aprendizagens, desenvolvimento e subjetivação. Os artigos neste dossiê avançam em tal direção e convidam à interlocução, reunindo diferentes contribuições que compartilham a aposta incondicional em processos inclusivos.

1. Mariele Angélica de Souza Freitas e Carla Biancha Angelucci, no texto “O modelo social da deficiência nas pesquisas brasileiras de pós-graduação *stricto sensu*”, apresentam reflexões cujo foco é a presença do modelo social da deficiência em pesquisas acadêmicas. Analisam a produção de teses e de dissertações brasileiras, dando ênfase aos contextos acadêmicos e ao modelo social presentes. Também analisam possíveis correlações entre a adoção do modelo social da deficiência e a valorização da participação de pessoas com deficiência no âmbito da pesquisa.
2. Finn Ó Murchú, colocando em debate “A window into our soul: supporting the inclusive teacher: standards for initial teacher education in Ireland”, explora o conceito histórico de Educação Especial desde a independência da Irlanda, há 100 anos. Sinaliza possíveis caminhos futuros com referência particular à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
3. Maria Edith Romano Siems-Marcondes e Luís Müller Posca, a partir do texto “Deficiência intelectual e Ensino Superior: acesso e acessibilidade em um curso de Licenciatura em Artes Visuais”, discutem o percurso de um estudante com deficiência intelectual no ensino superior, no curso de Licenciatura em Artes Visuais, de forma a identificar os mecanismos que oportunizaram seu acesso, permanência e sucesso acadêmico em uma universidade do norte do Brasil. Os resultados destacam o papel das políticas públicas de acessibilidade e a adoção de procedimentos pedagógicos específicos adequados à interlocução por meio de diferentes ferramentas simbólicas.

4. Raquel de Cássia Rodrigues Ramos (ou Raquel Kubeo), Cláudia Rodrigues de Freitas, Joseane Frassoni dos Santos, Sheyla Werner, Isabelle Bertaco e Marilena Assis, no texto “Kubai nos encanta: uma história indígena em Comunicação Aumentativa e Alternativa”, analisam a produção e a potencialidade de um livro infantil em multiformato, cujo conteúdo parte de uma história mitológica do povo indígena Kubeo, que descreve a criação do mundo. As análises desse estudo apontam que a iniciativa desse tipo de produção pode abrir caminho ao intercâmbio cultural, permitindo às crianças, indígenas ou não, acesso e aproximação às culturas indígenas e aos livros que apresentem suas histórias.
5. Aline Albuquerque e Paula Ramos, em seu artigo intitulado “Tomada de Decisão Apoiada como mecanismo de direitos humanos das pessoas com deficiência intelectual: as contribuições da escola”, consideram que a escola se constitui em um espaço oportuno para fortalecer o direito à autodeterminação das pessoas com deficiência intelectual por meio do endosso dos mecanismos formais e comunitários da Tomada de Decisão Apoiada. As autoras discutem uma alternativa profícua para reforçar os direitos das pessoas com deficiência intelectual, além de apontarem as contribuições da escola para ampliar esse mecanismo. Indicam que, em uma sociedade capacitista, o estabelecimento da Tomada de Decisão Apoiada passa, necessariamente, por uma mudança cultural em que a pessoa com deficiência seja reconhecida como capaz e autônoma, que tem direito de decidir sobre a própria vida.
6. Judith McKenzie, Jane Kelly, Nozwelo Ntombizami Shanda e Brian Watermeyer, a partir do texto “Perspectives on education of students with disabilities in South Africa: challenging a culture of silence”, analisam o sistema de ensino na África do Sul, o qual estabeleceu um sistema de Educação Inclusiva que mantém escolas especiais para atender estudantes com grandes necessidades de apoio, assim como centros de apoio vizinhos às escolas comuns. Mostram que, embora haja discussão sobre o que agregam ou não as escolas especiais, existem relativamente poucos estudos que se propõem a compartilhar as perspectivas de estudantes dessas escolas. Os discentes que vivem em instituições de acolhimento destacam as condições precárias de vida e a ausência de apoio dos cuidadores dessas instituições, o que impacta sua possibilidade de aprendizagem.
7. Ricardo Burg Ceccim, Rosimere da Rosa Correa e Audrei Lehdermann Silveira, em “Educação, saúde e processos inclusivos: o *compromisso-com* no Atendimento Educacional Especializado em uma *costura de narrativa*”, partem de uma pergunta de pesquisa: “Quais medidas foram tomadas por professoras do Atendimento Educacional Especializado durante a pandemia de covid-19 para assegurar os processos inclusivos na escola?”. Durante a pesquisa, deparam-se com a “vontade de contar” das professoras e recolhem narrativas da docência. Para o artigo, constroem o conceito de costura de narrativa, segundo a intenção de “deixar ver” a emergência de um “compromisso-com”, apresentado como insurgente nas práticas inclusivas. Defendem a articulação com a vida do outro, suas necessidades e sua busca consciente ou não de expressão de sua existência como ética e pedagogia do *compromisso-com*.

Cada artigo afeta o leitor em uma dimensão desse complexo e necessário desafio de se produzir mais vida na companhia das pessoas com deficiência: mais vida estudantil, mais vida no contato com

serviços de saúde, mais vida científica, mais vida civil. Esperamos que a leitura de cada texto seja encarada não apenas como convite, mas como convocação à expansão da experiência da pluralidade humana.

## Referências

1. Brasil. Decreto Legislativo n.º 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007 [Internet]. Brasília (DF): Senado Federal; 2008 [citado 2022 abr. 18]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto186.pdf>
2. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência [Internet]. Nova Iorque: ONU; 2007 [citado 2022 abr. 30]. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>
3. Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: censo escolar da educação básica 2021 [Internet]. Brasília (DF): Inep; 2021 [citado 2022 abr. 30]. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf)

**Como citar:** Angelucci CB, Ceccim RB, Freitas CR. Pesquisar envolvendo pessoas com deficiência e a perspectiva inclusiva: dossiê internacional. **Saúde em Redes.** 2022; 8 (2). DOI: DOI: 10.18310/2446-4813.2022v8n2p373-377